



VIII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil  
"Educação e Contemporaneidade" 18 a 20 de setembro de 2014  
ISSN 1982-3657

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS. O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA  
COM LICENCIANDOS FRENTE ÀS DEMANDAS EDUCATIVAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Lívia Couto Guedes**

Eixo 4: Educação e Inclusão

**Resumo**

O presente artigo visa estabelecer um diálogo conceitual entre os princípios da Educação Inclusiva e os fundamentos da Educação em Valores Humanos, conforme difundidos por Bhagavan Sri Sathya Sai Baba. Trata-se do relato de um estudo de caso que oferece uma releitura da Filosofia Inclusiva sob a égide da Educação em Valores Humanos, considerando os possíveis avanços que dela se podem depreender para a escola e, especialmente, para a formação de licenciandos, os quais passarão a lidar com as demandas advindas do contato com alunos com deficiência na rede regular de ensino. A experiência em tela consistiu em conduzir licenciandos dos cursos de Química e Educação Física a confrontar as temáticas Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem com demandas de alunos com deficiência, bem como a refletirem sobre o aporte espiritual - valores humanos - subjacentes ao paradigma inclusivo.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Educação em Valores Humanos; Pessoas com deficiência.

**Resumen**

El presente artículo apunta a establecer un diálogo conceptual entre los principios de la Educación Inclusiva y los fundamentos de la Educación en Valores Humanos, conforme difundidos por Bhagavan Sri Sathya Sai Baba. Se trata del relato de un estudio de caso que ofrece una relectura de la Filosofía Inclusiva sobre la base de la Educación en Valores Humanos, considerando los posibles avances que de ella se pueden extraer para la escuela y, especialmente, para la formación de licenciandos, los cuales pasarán a lidiar con las demandas que surgen del contacto con los alumnos con deficiencia en la red regular de enseñanza. La experiencia en cuestión consistió en conducir licenciandos de los cursos de Química y Educación Física a confrontar las temáticas Planeamiento, Currículo y Evaluación del Aprendizaje con demandas de alumnos con deficiencia, así como a reflexionar sobre el aporte espiritual - valores humanos - subyacentes en el paradigma inclusivo.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva; Educación en Valores Humanos; Personas con deficiencia.

**Caracterização do Caso**

Nossa experiência enquanto docente universitária envolve uma gama sortida de estudantes e suas peculiaridades. São adultos e jovens adultos que descendem de famílias pobres ou de baixo nível socioeconômico, a maioria delas sem passagem anterior pelo terceiro grau.

Grande parte desse corpo discente subsiste da agricultura ou de subempregos ligados ao comércio e têm no acesso à universidade a oportunidade de deixarem as tradicionais ocupações mantidas há gerações por suas famílias.

A universidade da qual tratamos está situada na cidade de Arapiraca, interior do estado de Alagoas, localizada

na região nordeste do Brasil. Sendo um estado com pouco mais de 3 milhões de habitantes, Alagoas apresenta há vários anos índices alarmantes no tocante à violência, ao analfabetismo e à baixa escolaridade (Censo 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Também possui o estigma de ser o estado brasileiro com maior grau de corrupção política, do qual, historicamente, 28 famílias abastadas detêm o poder social, político e econômico, governando-o de forma coronelista e, portanto, notadamente carente de valores éticos, morais e socialmente justos.

Arapiraca é o segundo maior município do estado, para o qual migram diariamente várias famílias que lá exercem suas atividades profissionais e educacionais. Ela também serve de apoio para as relações comerciais travadas entre vários municípios circunvizinhos, os quais puderam ser beneficiados pela implantação de uma universidade pública federal no ano de 2006.

Sua instalação adveio de uma política de expansão educacional promovida pelo governo federal conhecida como Reuni, através da qual foram criados vários campi universitários no interior do país.

Com a chegada da universidade em Arapiraca e talvez em virtude do baixo desempenho tradicionalmente apresentado ao longo de suas trajetórias na Educação Básica, muitos estudantes acabam ingressando em cursos de licenciatura, os quais ainda apresentam menor concorrência no ingresso vestibular, quando comparados, por exemplo, a outros cursos disponíveis como a Ciência da Computação e a Arquitetura.

O caso relatado no presente artigo provém, pois, de nossa experiência como docente universitária, quando nos utilizamos da disciplina de Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem, ministrada aos alunos dos cursos de Licenciatura em Química e Educação Física, como ponte para o destaque à dimensão espiritual subjacente à sua formação e prática pedagógica.

O desvelamento da dimensão espiritual foi sendo desenvolvido a partir de uma proposição didática segundo a qual os licenciandos deveriam construir planos de aula acessíveis aos seus futuros alunos da Educação Básica, considerando que entre eles haveria alunos com deficiência.

Diante da necessidade de adaptação das temáticas citadas à diversidade dos alunos com os quais estes licenciandos passariam a lidar em sua prática docente, inicialmente, partimos dos princípios da Educação Inclusiva por consideramos uma ferramenta potencial para a expressão dos valores humanos, os quais ainda não foram completamente desenvolvidos por nossa sociedade.

Nesse sentido, apresentamos as bases conceituais utilizadas para a orientação de nossos alunos, a partir das quais estabeleceremos relação com a Educação em Valores Humanos.

#### Educação Inclusiva: do modelo médico ao modelo social da deficiência

Para vários autores (e.g. Sassaki, 1997; Werneck, 2000; Mantoan, 2001; Parolin, 2006; Gil, 2005; Lima, 2005), a filosofia da Inclusão Social se constitui como uma alternativa educacional capaz de tornar os sistemas de ensino mais atentos às demandas da diversidade humana, a exemplo daquelas apresentadas pelas pessoas com deficiência.

Quando aplicada à educação escolar, a característica transversal da filosofia inclusiva perpassa os níveis e modalidades de ensino da Educação Básica, buscando contemplar aspectos específicos de grupos e indivíduos de forma a dar-lhes respostas pedagógicas capazes de promoverem sua efetiva inclusão.

De acordo com Sassaki (1997, p.167-168), a Inclusão Social de pessoas com deficiência se configura como:

[ ] o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc.) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida.

Corroborando com essa visão, Werneck (2002, p.21) afirma que:

A sociedade para todos, consciente da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das majorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados. Crianças, jovens e adultos com deficiência seriam naturalmente incorporados à sociedade inclusiva, definida pelo princípio: "todas as pessoas têm o mesmo valor". E assim trabalhariam juntas, com papéis diferenciados, dividindo igual responsabilidade por mudanças desejadas para atingir o bem comum.

Visando construir uma "Sociedade para todos", a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o ano de 2010 como sendo o limite desejado para que todas as sociedades solucionassem as questões relativas às demandas das pessoas com deficiência, de modo a se tornarem sociedades não excludentes pela promoção de políticas e programas de sensibilização para a diversidade (ONU, Resolução 45/91).

Diante dessa nova ordem, a Educação Inclusiva passou a ser considerada pelos governos como objeto de implementação das escolas regulares, as quais deveriam tornar-se conscientes de seu relevante papel na construção de uma "Sociedade para Todos", incluídas as pessoas com deficiência como sujeitos sociais ativos, com direitos e deveres naturais a todo cidadão.

Segundo essa ótica, a Educação Inclusiva ajudaria a superar o então modelo médico da deficiência, o qual, conforme Sasaki (1997, p.29):

[ ] tem sido responsável, em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas portadoras de deficiência e/ou de outras condições atípicas para que estas possam [ ] buscar o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Nesse sentido, nas escolas de caráter inclusivo busca-se a superação do modelo médico em prol da construção do modelo social da deficiência. Nelas, são incorporados ao currículo escolar formal conteúdos que suscitem atitudes e comportamentos inclusivos, tais como o respeito à diversidade, a valorização da dignidade da "pessoa humana" e a crença incondicional em sua capacidade de aprender.

Acordes com esse entendimento, Mittler (2000, p.17) defende que:

A Inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidades de escolha e de autodeterminação. Em educação, isso significa ouvir e valorizar o que a criança tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos.

A filosofia da Educação Inclusiva atua, pois, como uma resposta às demandas de milhares de pessoas com deficiência que, historicamente, vêm sendo marginalizadas, excluídas e, portanto, alijadas de seus direitos sociais e fundamentais.

De acordo com Guedes (2007), a razão pela qual essas pessoas permanecem em situação de vulnerabilidade reside na existência de um fenômeno social conhecido como barreira atitudinal, que vem sendo perpetuado através de uma educação carente de comportamentos inclusivos e, portanto, ainda promotora de preconceitos e pré-julgamentos em relação às pessoas com deficiência, suas reais necessidades e potencialidades.

A barreira atitudinal pode ser definida como toda atitude limitante ou impeditiva que se torne barreira ao exercício do outro. Ela costuma ser invisível para quem a pratica e concreta para quem a sofre, podendo se materializar através das falas, posturas, comportamentos e do olhar que historicamente se construiu a respeito das pessoas com deficiência. (Lima, 2005, Comunicação Pessoal).

Em nosso entendimento, a barreira atitudinal está na raiz de todas as demais barreiras (arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, programáticas e metodológicas) e se configura como a grande responsável pela não inclusão dessas pessoas.

Igualmente, são as barreiras atitudinais que fundamentam o modelo médico da deficiência, segundo o qual as pessoas com deficiência deixam de ser vistas como sujeitos sociais para se tornarem, aos olhos de uma sociedade preconceituosa e irrefletida, pacientes médicos com imutável necessidade de tratamento e auxílio (ibidem Guedes, 2007).

Tal postura, uma vez defendida em diversos contextos sociais, também alcança a escola que, ao não ser suficientemente madura e cuidadosa em relação à diversidade humana e suas demandas, pode atuar como promotora de barreiras atitudinais, contrariando sua função social que é a de justamente eliminá-las através de uma educação voltada para a expressão dos valores humanos.

Nesse sentido, a construção de uma "Sociedade para Todos", apontada como consequência também de uma educação inclusiva, tem sido ainda um horizonte distante, uma vez que sua implementação no contexto escolar é considerada por grande parte dos professores como utópica e de difícil sustentação na presente realidade.

Diante desse panorama, visualizamos na Educação em Valores Humanos, filosofia difundida por Bhagavan Sri Sathya Sai Baba, um caminho pedagógico seguro para a aplicação dos valores necessários a uma formação docente verdadeiramente inclusiva, uma vez que são os professores aqueles que estarão lidando mais proximamente com as demandas educacionais de alunos com deficiência nas escolas.

Igualmente, para que os professores possam desenvolver a expressão desses valores, é indispensável que a universidade assuma o compromisso de difundir os princípios de uma Educação em Valores Humanos a partir de seus cursos de licenciatura, reformando seus planejamentos, currículos e modelos avaliativos.

Com base nesse entendimento, o relato de experiência apresentado neste artigo parte dos conteúdos tratados na disciplina de Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem, de cujas linhas temáticas localizamos aspectos espirituais importantes à conscientização dos valores humanos pelos licenciandos.

### **Descrição da Proposição Didática**

Diante das reflexões abordadas pelo marco teórico exposto, e definida a estrutura dos planos de aula, dividimos os licenciandos em grupos de trabalho para que discutissem separadamente, com base em bibliografias de apoio, sobre os princípios da filosofia inclusiva. A tarefa consistia em extrair dos diálogos e reflexões alcançadas nas aulas uma espécie de resumo para a elaboração de critérios norteadores para a construção dos planos de aula acessíveis à diversidade.

Enquanto os grupos trabalhavam separadamente, buscamos circular entre os alunos fazendo questionamentos e provocando reflexões a fim de gerar neles a necessidade de fornecerem argumentos para a sustentação de suas respostas. A partir dessa dinâmica, cada grupo de trabalho apresentou sua lista de critérios, os quais foram socializados para o grande grupo.

Esse momento foi bastante rico para começar o processo de educação da expressão em valores humanos, uma vez que a primeira iniciativa dos licenciandos ao apresentar o resultado de seus trabalhos é a de buscarem aceitação imediata para o que construíram.

Atenta a essa predisposição e cuidando para que a atividade proposta suscitasse nos licenciandos a manifestação de valores humanos, a situação didática que propomos estabelecia que os grupos de trabalho precisariam negociar sobre os critérios adotados, de modo que, ao apresentarem os resultados de suas reflexões, tivéssemos ao final um corpo de critérios misto e construído a partir de seus pontos de convergência. Tal proposição baseou-se no ensinamento de Bhagavan Sri Sathya Sai Baba, o qual diz que diante de situações conflitivas, devemos buscar valorizar os pontos de contato e não aqueles que geram divergência.

Com a atenção focada na manifestação dos valores humanos e compreendendo que os licenciandos têm em nós, seus professores, modelos inspiradores que possivelmente levarão em conta quando de sua prática pedagógica, durante o processo de eleição conjunta de critérios, fomos escrevendo na lousa os resultados apresentados pelos alunos e, num processo de maiêutica, os questionávamos acerca da adequação de suas propostas e, em certos casos, solicitamos que reelaborassem alguns extratos apresentados de modo a considerar a percepção e conclusões de outros grupos de trabalho.

Ao longo da atividade, pudemos observar a manifestação natural entre os licenciandos dos valores humanos que lhes são inerentes, os quais fomos desvelando com base na tabela abaixo:

~~

Verdade Retidão Paz Amor Não Violência  
Discernimento Limpeza Calma Cuidado Compaixão  
Intuição Valor Concentração Devoção Consideração  
Curiosidade Determinação Paciência Empatia Justiça  
Pesquisa Dever Pureza Tolerância Consideração aos outros  
Honra Disciplina Amizade Espírito de serviço  
Serviço aos outros Respeito Abnegação  
Amabilidade

Após a dinâmica descrita, extraímos os critérios norteadores com os quais os licenciandos passariam a

elaborar os seus planos de aula acessíveis, os quais acreditamos ser potencialmente capazes de guiar a expressão dos valores humanos. São alguns eles:

- Considerar a todos os alunos, independentemente de suas características específicas, como seres humanos capazes de aprender:

A filosofia da inclusão social defende a plena e irrestrita crença na potencialidade da pessoa humana, independentemente de suas características específicas ou distintivas, a exemplo da deficiência. A construção de planos e aula imbuídos desse princípio é, pois, capaz de auxiliar os professores a não incorrerem nas barreiras atitudinais de Ignorância, caracterizada pelo desconhecimento das potencialidades dos alunos com deficiência na escola; e Percepção de menos-valia, que consiste na avaliação depreciativa de sua capacidade e sentimento de que o aluno com deficiência não poderá ou só poderá em parte.

A esse respeito, Sathya Sai Baba afirma que todas as pessoas são, em realidade, seres espirituais vivendo experiências humanas. Logo, todas são dotadas da capacidade inerente de aprender, realizar e desenvolver suas potencialidades, o que será facultado a partir do contato com uma educação que promova a manifestação de valores humanos do qual são naturalmente dotados. Não se trata, pois, de agir de maneira a ensinar valores humanos. Todos, independentemente da presença de uma deficiência, são a própria expressão dos valores humanos.

Essa afirmação vai além da proposição sociológica da formação humana, segundo a qual as pessoas vão se construindo como seres humanos a partir das relações travadas em sociedade.

Pelo princípio da Educação em Valores Humanos, através do Educare, que consiste na “manifestação das inatas qualidades humanas no mundo exterior”, todos os alunos poderão desenvolver a expressão dos seus valores inatos e beneficiar o contexto social com a sua expressão (BABA, 2008).

Nesse sentido, uma educação que não se baseia nos valores não está preparada para promover a efetiva inclusão dos alunos com deficiência e/ou com outras características diversas na escola.

- Buscar extrair de cada um dos alunos o seu máximo potencial como sujeitos ativos no processo de aprendizagem:

Ao planejar aulas considerando a plena participação de todos os alunos, os professores poderão ensinar a todos, inclusive àqueles alunos sem deficiência, que todas as pessoas devem agir segundo suas potencialidades, desenvolvendo autoconfiança e autodeterminação.

Sathya Sai Baba nos ensina que o Educare considera a necessidade de todas as pessoas adotarem para si, em suas ações cotidianas, o princípio da excelência humana. Agindo consoante esse princípio, as virtudes inatas de cada pessoa surgirão naturalmente. Com isso, ao construir suas aulas, os professores não devem pretender ensinar virtudes, mas ser eles mesmos os exemplos das virtudes que desejam ver resplandecendo em seus alunos.

Do ponto de vista inclusivo, extrair a máxima capacidade de alunos com deficiência através de um planejamento acessível é ter para com eles o respeito devido à sua condição de seres humanos.

Com base nesse comportamento, ao construírem seus planos de aula, os professores cuidarão de não incorrer na barreira atitudinal de Inferioridade, segundo a qual se acredita que o aluno com deficiência não é capaz de acompanhar os demais alunos, já que todas as pessoas apresentam ritmos de aprendizagem diferentes. Assim sendo, ninguém acompanha ninguém; cada um faz seu percurso singularmente, mesmo sendo a proposta docente coletiva e una.

- Tratar a diversidade dos alunos como diferenças naturais e a deficiência como valor agregado capaz de educar na perspectiva dos valores em sala de aula:

Bhagavan Sri Sathya Sai Baba diz que “só existe uma casta, a casta da humanidade”, logo, a existência de diferentes perfis humanos (diversidade) não invalida a característica de unidade que é inerente a todos os seres humanos.

Igualmente, com a filosofia da Inclusão Social as diferentes etnias, antes consideradas como raças (e.g. asiática, negra, branca, indígena), passaram a ser entendidas como sendo pertencentes a uma única raça

humana, conceito fortalecido pela filosofia da Educação em Valores Humanos. A esse respeito, Sathya Sai Baba nos esclarece que a multiplicidade é uma aparência externa, pois só a unidade é real, e ver a unidade na multiplicidade é praticar a espiritualidade.

Nesse sentido, ao lidarem com alunos com deficiência, os licenciandos e professores devem considerar que incluir alunos com deficiência em suas aulas é não negar-lhes a existência, adaptando as convencionais estruturas pedagógicas de modo a atender às suas demandas específicas. No entanto, ao fazer as adaptações, os educadores estão agindo de forma a transcender a aparente multiplicidade desses alunos e suas demandas, para que possam atuar em sala de aula com unidade, participando das atividades junto com os demais alunos sem deficiência.

Agindo dessa maneira, os educadores evitarão a perpetuação da barreira atitudinal de Negação, na qual se desconsidera as deficiências do aluno como dificuldades na aprendizagem; e de Comparação, aquela que costuma comparar os alunos com e sem deficiência, salientando aquilo que o aluno com deficiência ainda não alcançou em relação àquele sem deficiência, colocando este em posição superior ao primeiro. Na comparação, não se privilegiam os ganhos dos alunos, mas ressaltam-se suas “falhas”, “faltas” e “deficiências”.

Igualmente, serão capazes de evitar a barreira atitudinal de Compensação, aquela que é caracterizada pela crença equivocada de que os alunos com deficiência devem ser compensados de alguma forma. Com base nessa barreira atitudinal, educadores desinformados a respeito dos valores humanos poderiam agir de modo a minimizar a intensidade das atividades pedagógicas destinadas aos alunos com deficiência, por acharem que estes deveriam receber vantagens.

- Fundamentar os planos de aula nos três princípios básicos da educação inclusiva, quais sejam, independência, autonomia e empoderamento;

A Educação Inclusiva está baseada nos princípios da autonomia, independência e empoderamento. Ao adotá-los para a construção de planos de aula acessíveis, os educadores estarão considerando o potencial espiritual da escola, que deve ser o de instrumentalizar os alunos com e sem deficiência para o exercício pleno de suas atividades.

Para além desse entendimento, a partir do *Educare*, a extração dos valores humanos inerentes a todas as pessoas, tornará os seres humanos autoconscientes de sua capacidade de agir de maneira autônoma (através do desenvolvimento, por exemplo, da autoconfiança); com independência (adquirindo maturidade emocional e adequada ao contexto social); e empoderamento (com suficiente responsabilidade para assumirem o controle de sua vida pessoal e fazer escolhas).

Agindo assim, os educadores poderão garantir que em seus planejamentos de aula não haverá a barreira atitudinal de Piedade, pela qual os educadores poderiam se sentir pesarosos e ter comportamentos protetores em relação ao aluno com deficiência, inclusive estimulando a classe a se antecipar às pessoas com deficiência, realizando as atividades por elas e atribuindo-lhes uma pseudoparticipação.

- Respeitar o ritmo individual de cada aluno em aprender e manifestar sua aprendizagem:

Há nessa orientação um enorme potencial de expressão espiritual por ser desvelada, uma vez que o respeito ao ritmo de aprendizagem dos alunos é algo que vem sendo defendido por vários autores que tratam, por exemplo, da temática da avaliação da aprendizagem (e.g. Luckesi, Perrenoud, Hoffman).

Segundo Luckesi (2008), avaliar a aprendizagem dos alunos deveria ser um ato de acolhimento. No entanto, o que temos visto tradicionalmente nas escolas é que o momento de prova ou avaliação formal costuma ser encarado por professores e alunos como uma etapa meramente classificatória na qual os conhecimentos acumulados são aferidos a partir de instrumentos que, muitas vezes, não consideram as singularidades dos alunos.

Há ainda aqueles que, contrariando condutas éticas e amorosas, fazem uso da avaliação como forma de controle para punir e ameaçar seus alunos, especialmente quando desejam obter deles um dado comportamento disciplinar que julgam ser sinônimo de respeito à autoridade, algo que comumente não conseguem obter pela via da “imposição” do respeito ou pela prática de bons exemplos.

No tocante à avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência, somam-se às questões citadas outras contingências que merecem nossa atenção. Exemplo disso é a necessidade de os educadores considerarem no

ato de planejar e avaliar, por exemplo, a perspectiva das inteligências múltiplas.

Nesse sentido, ao planejar atividades didáticas voltadas para a diversidade é mister que os licenciandos possam ir desvelando o verdadeiro sentido espiritual que pode assumir a avaliação da aprendizagem, qual seja, o de expressar valores humanos.

Considerando a perspectiva do Educare, professores e alunos poderão desenvolver os valores humanos de Amor (e os subvalores de cuidado, empatia, tolerância, abnegação, amizade e amabilidade); de Paz (assim como os subvalores de pureza, calma, concentração, disciplina e respeito); de Retidão (dever, serviço aos outros, determinação e honra); de Verdade (a exemplo da intuição); e Não Violência (além de alguns de subvalores, tais como a consideração aos outros e a justiça).

Igualmente, ao agirem de forma a manifestar esses valores e subvalores, os alunos e professores estarão prevenidos contra a nociva atuação da barreira atitudinal de Adjetivação, na qual se costuma classificar a pessoa com deficiência como "lenta", "agressiva", "dócil", "difícil", "aluno-problema", "deficiente mental" etc., um comportamento que deteriora sua identidade.

Da mesma forma, tal atitude inclusiva é capaz de evitar a barreira atitudinal de Baixa Expectativa, aquela na qual se acredita que os alunos com deficiência deveriam realizar apenas atividades mecânicas e exercícios repetitivos ou, ainda, que prevê com base em preconceitos e pré-julgamentos que o aluno com deficiência não conseguiria interagir numa sala regular. A esse respeito, vale salientar que muitos professores passam toda a vida propondo exercícios de cópia, repetição que não ajudam o aluno a descobrir suas inteligências, competências e habilidades múltiplas.

- Planejar atividades que envolvam a participação plena e conjunta de todos os alunos, favorecendo a troca de experiências, o compartilhamento de ideias, materiais didáticos, procedimentos e resultados:

Ao pensar em construir planos de aula atentos à perspectiva da acessibilidade, é comum que alguns educadores iniciem seu planejamento considerando aquelas atividades que poderiam ser separadamente vivenciadas pelo grupo de alunos sem deficiência, outras que poderiam ser aplicadas aos alunos com deficiência e, por último, aquelas que poderiam ser compartilhadas por todos ao mesmo tempo.

Num planejamento inclusivo, contudo, devemos nos basear na perspectiva do design universal, aquela que considera a construção de atividades em que todos os alunos possam estar juntos vivenciando as mesmas situações de aprendizagem, compartilhando jogos, materiais didáticos, procedimentos e resultados.

No caso de alunos com deficiências visuais, por exemplo, uma forma de incluir alunos com e sem deficiência em uma mesma atividade poderia ser a construção compartilhada de recursos e materiais didáticos em braile, a confecção/narração prévia de roteiros para áudio-descrição, a produção de áudio-livros etc.

Em se tratando de alunos surdos, por exemplo, organizar aulas em que todos aprendessem e fizessem uso dos elementos da Língua de Sinais constituiria uma maneira interessante de promover a aproximação entre eles, permitindo que desmistifiquem a deficiência e conheçam as reais necessidades dos colegas que apresentam tais características diversas.

Tal compartilhamento de atividades permitiria, pois, aos alunos desenvolverem alguns subvalores ligados ao valor Verdade, tais como a Curiosidade e o Pesquisa, assim como Paciência e Pureza (inerentes ao valor humano da Paz), o Amor e seus subvalores, a Não violência e subvalores a ela relacionados como o espírito de prestação de serviço aos outros.

Igualmente, o olhar sensível do professor para a opção por conteúdos curriculares que suscitem os valores humanos também permitiria a todos eliminar certos preconceitos que ainda se perpetuam em torno das pessoas com deficiência, mantidos pela existência, por exemplo, da barreira atitudinal de Medo, segundo a qual se costuma ter receio de receber/lidar com uma pessoa com deficiência no contexto escolar ou, ainda, se tem receio em "fazer ou dizer a coisa errada" em torno de alguém com uma deficiência. Também se poderia evitar a barreira atitudinal de Rejeição, caracterizada pela recusa em interagir com a pessoa com deficiência, alunos, familiares etc.

E por fim, a percepção dos valores humanos sendo adotada pelos docentes ao construírem seus planos de aula é também capaz de evitar uma barreira bastante danosa conhecida como Atitude de segregação, que é contrária à Inclusão e, portanto, contrária às pessoas com deficiência e seus valores e subvalores humanos inerentes.

## Considerações Finais

No presente artigo buscamos apresentar o relato de uma experiência acadêmica vivenciada na docência universitária junto a alunos dos cursos de licenciatura de uma universidade pública do nordeste brasileiro.

A experiência teve como base conceitual os preceitos da filosofia da Educação Inclusiva, os quais acreditamos se constituírem como ferramentas potenciais para a expressão dos valores humanos a partir do desvelamento espiritual contido em suas afirmações e na defesa das pessoas com deficiência.

Exemplo disso são as aproximações permitidas a partir de conceitos defendidos pela Educação Inclusiva, quais sejam, de barreira atitudinal, independência, autonomia, empowerment, valorização da dignidade da pessoa humana e respeito à diversidade, os quais em interação com a filosofia da Educação em Valores Humanos, são capazes de desvelar a dimensão espiritual que lhes é inerente.

Diante da experiência de aprendizagem proposta aos licenciandos, depreendemos através de seus relatos verbais em sala de aula, da produção de textos que incorporaram tal orientação teórica e, especialmente, da realização dos planos de aula solicitados, que os licenciandos universitários são um público alvo bastante fértil e carente de orientações relativas à dimensão espiritual subjacente à prática pedagógica, em todos os seus contextos, modalidades e níveis.

Nesse sentido, reafirmamos a importância de um professor universitário sensível a essas demandas, autoconsciente de que o desvelamento da espiritualidade contida na natureza da prática docente poderá refletir-se na expressão dos valores humanos na própria Educação Básica.

Por fim, acreditamos, que a experiência vivenciada fortaleceu nossa percepção de que não se trata de transformar a Educação Inclusiva em uma Educação em Valores humanos, mas sim de extrair de seus atuais princípios e fundamentos os valores humanos das quais ela já é plenamente dotada.

Igualmente, cabe aos docentes em geral e, especialmente, das licenciaturas, buscarem estabelecer as possíveis relações dos conteúdos das disciplinas que já ministram com aqueles que suscitam a expressão dos valores humanos, de forma que suas práticas pedagógicas possam refletir o sentido primeiro do Educare, qual seja, o de fazer desabrochar em cada indivíduo a sua natureza essencialmente divina.

## Referências

BABA, Sathya Sai Bhagavan Sri. Educare conduz a Unidade de Pensamento, Palavra e Ação.

Disponível em:

<[http://](http://www.sathyasai.org.br/discursos/doc/2008-08-06-educare-conduz-a-unidade-de-pensamento-palavra-e-acao.pdf)

[www.](http://www.sathyasai.org.br)

[sathyasai.org.br](http://www.sathyasai.org.br)

[/discursos/doc/2008-08-06-educare-conduz-a-unidade-de-pensamento-palavra-e-acao.pdf](http://www.sathyasai.org.br/discursos/doc/2008-08-06-educare-conduz-a-unidade-de-pensamento-palavra-e-acao.pdf)

>.

Acesso em: 01.ago.2012.

BRASIL, 1988. Constituição Federal do Brasil.

Disponível em:

<[http://](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)

[www.](http://www.planalto.gov.br)

[planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

[/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)

[A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)

>.

Acesso em: 01.ago.2012.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura.

Disponível em:

<[http://](http://reuni.mec.gov.br)

[reuni.mec.gov.br](http://reuni.mec.gov.br)

/>. Acesso em 01.ago.2012.

GIL, Marta (Coord.). Educação Inclusiva: O que o professor tem a ver com isso? Rede Saci. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

GUEDES, L. C. Barreiras Atitudinais nas Instituições de Ensino Superior: questão de educação e empregabilidade.

Disponível em:

<[http://www.bdttd.ufpe.br/tde\\_busca/processaPesquisa.php?](http://www.bdttd.ufpe.br/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=1&id=5461)

>. Acesso em 01.ago.2012.

IBGE. Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União em 04/10/2010.

Disponível em:

<[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=27)

uf=27>. Acesso em 01.ago.2012.

LIMA, F. J.; TAVARES, F. Barreiras Atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. 2007.

Disponível em:

[http://www.saci.org.br/index.php?](http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro=20411)

modulo=akemi&parametro=20411.

LUCKESI, Carlos Cipriano. Avaliação educacional escolar. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). Pensando e Fazendo Educação de Qualidade. São Paulo: Moderna, 2001.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva. Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ONU. Resolução 45/91. Assembleia Geral das Nações Unidas. 1990.

Disponível em:

[http://agenda.saci.org.br/index2.php?](http://agenda.saci.org.br/index2.php?modulo=akemi&parametro=11601&s=documentos)

modulo=akemi&parametro=11601&s=documentos.

PAROLIN, Isabel (Org). Aprendendo a Incluir e Incluindo para Aprender. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão. Construindo uma sociedade para Todos. Coleção Inclusão. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

WERNECK, Claudia. Sociedade Inclusiva: quem cabe nos seu TODOS?  
Rio de Janeiro: WVA, 2002.

---

i Professora Assistente da Ufal/Campus de Arapiraca, leciona as disciplinas do Eixo Educação nos cursos de licenciatura, do qual fazem parte: Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem; Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar; Estágios Supervisionados; e Seminários Integradores. Atualmente, é Vice Coordenadora do curso de Pedagogia Licenciatura. [liviaguedes@hotmail.com](mailto:liviaguedes@hotmail.com)

ii Para maiores informações, vide <http://reuni.mec.gov.br>

/

iii A expressão “portador de deficiência” foi mantida em lugar de “pessoa com deficiência” para preservação dos termos originais citados pelo autor, a qual se remete à legislação brasileira vigente na época.

iv No Brasil, quando se trata da educação voltada às pessoas com deficiência, distinguem-se as instituições de ensino em escolas especiais e escolas regulares. As escolas especiais são ambientes segregados onde se pratica uma escolarização voltada exclusivamente para indivíduos com deficiência. Já as escolas regulares são ambientes comuns não segregados que constituem a base da educação inclusiva. Nelas, a diversidade humana convive harmoniosamente, aprendendo a respeitar as diferenças individuais e a naturalizar as características específicas de todos os seus membros.

v A “dignidade da pessoa humana” é um dos princípios fundamentais anunciados pela Constituição Federal do Brasil (1988).

vi Classificação adotada por Sasaki (1997).

vii Para a elaboração dos Planos de Aula adotamos o modelo de planejamento apresentado por Vasconcelos (2007), composto por Tema, Conteúdos, Objetivos, Metodologia, Avaliação e Referências.

Recebido em: 14/07/2014

Aprovado em: 14/07/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: